

3 NOV 1985

Eternos devedores

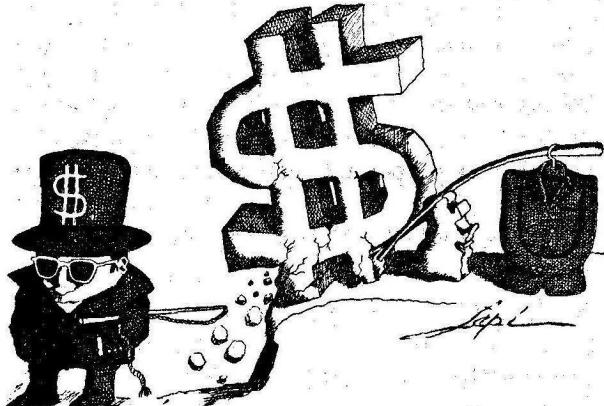
Div. Octávio

JORNAL DO BRASIL

Barbosa Lima Sobrinho

CREIO que o Brasil teve sempre a intenção, ou o desejo, de pagar as dívidas externas contraídas. Se ainda se tratasse de brasileiros, seria possível o perigo de calote, como aconteceu com as apólices da dívida pública do tempo da Monarquia, que foram, pouco a pouco, perdendo valor, desfalcando dotes de moças casadouras ou empobrecendo herdeiros descuidados. Mas, diante dos estrangeiros, seria diferente. Uma certa dose de complexo de inferioridade, consequência ainda do período colonial, não permitiria hesitações.

Pois é esse país, com tradição de pagador responsável, que se vê, de repente, em face de uma dívida que não sabe como pagar. Nem se trata de medir sacrifícios, tão-somente de registrar impossibilidades. Será o caso de repetir a frase tão precisa do Senador Teotônio Vilela: "Pagar? Como?" É aquela mesma situação que Shakespeare consignara no *Mercador de Veneza*: Como pagar a libra de carne prometida no contrato, sem derramar o sangue, não previsto no contrato?



O curioso é que o brasileiro pensa mais na dívida que não pode pagar do que na inflação, que o esmaga diariamente. Embora não ignore, como já o ensinava Lord Keynes, que ela se faz sentir nas próprias bases do capitalismo. Por sinal que Lenin deveria ser partidário dela, pois que o auxiliava no seu esforço de proselitismo, antecipando-se como um mecanismo de confisco, que empobrecia muitos, para o enriquecimento de poucos. A indexação, de que tanto se fala, não vale senão como remendo, que não chega a dissimular a realidade do confisco.

Cumpre, todavia, indagar de que vale essa obsessão de querer pagar o último centímetro de seus empréstimos externos. Veja-se o triste capítulo dessas consolidações que compõem a história financeira do país, com o nome solene de **funding loans**, iniciadas em 1898, continuadas em 1914, 1931 e 1932, e que acabaram não resolvendo causa alguma, pois que a situação de devedor continuou inalterada, quando não agravada pelo montante da dívida, com proveito evidente para as empresas de navegação aérea, com as viagens, que não acabavam nunca, dos responsáveis pela política financeira do Brasil. Quando tudo se resumia a pedir prorrogação de prazos, não mais para amortizar as dívidas, tão-somente para o pagamento dos juros vencidos. Fórmulas simples para garantir a eternidade das dívidas, que iam crescendo sempre, como uma bola de neve, no inverno permanente dos devedores.

Que é, afinal, a proposta para a incorporação, ao principal, dos juros já vencidos? Há como um

consenso entre todos os interessados, devedores e banqueiros, se as dívidas não param de crescer. Por isso ninguém fala em amortização, que parece não preocupar a ninguém, nem aos devedores, nem aos banqueiros, com que foram negociados os empréstimos. Deverá não ser um título de recomendação? Como um meio de aparecer num noticiário, em que não encontrava vez? Ou que o omitia sistematicamente?

Em si mesmos, os empréstimos já eram excessivos, isto é, não podiam contar com as divisas, ou as moedas de curso internacional, para o devido pagamento. Os banqueiros sabiam muito bem que não podiam contar com o pagamento das somas adiantadas. Tanto mais quando não ignoravam que eram empréstimos simulados, tão-somente, na maioria, para cobertura de dívidas já vencidas. Mas tudo isso era importante para os banqueiros, se reduziam os países devedores a uma espécie de escravidão, para a qual nem existisse a esperança das alforrias. Faça-se a história da dívida externa brasileira, por exemplo, como a de qualquer outro país em condições de insolabilidade. Pode mudar tudo, Governo, instituições, nomes dos governantes. Mas uma coisa era certa: a dívida continuava sempre, obrigando a pagamentos que faziam lembrar as contribuições dos tempos dos romanos, como se o imperialismo mudasse de estrutura, mas continuasse sempre como imperialismo, o que vale dizer como dependência e subordinação. As contribuições passavam a chamar-se juros, mas eram efetivas e permanentes. E como não estavam satisfazendo os banqueiros, converteram-se em juros móveis, juros ascendentes, com que se vêm caracterizando dívidas que não podem ser pagas, senão com a miséria e a fome dos povos sacrificados.

A experiência brasileira, nesse setor, só contém doses de amargura. Começa com o chamado empréstimo da Independência, o de 1824. E para liquidá-lo, 55 anos depois, tivemos que nos valer de novos empréstimos; Sempre assim, novos empréstimos para pagar os antigos, quando já sabíamos, nós e os banqueiros, que não haveria divisas para a satisfação regular dos compromissos assumidos. Porque os empréstimos surgem de duas forças propulsoras, realmente irresistíveis: o vencimento dos prazos das dívidas anteriores e o desejo de ir em busca das comissões, com que muitos se enriquecem, dentro e fora dos bancos credores. Muitas fortunas, no Brasil, surgiram dessas vantagens, que ainda não se chamavam spreads.

Não há que contar com a generosidade de quem quer que seja. Quem tinha razão era George Washington quando, na sua oração de despedida, prevenia que nunca se deveria esperar favores de outros países, favores desinteressados, é claro. Agora mesmo, o que propõe o Sr Baker, em nome dos Estados Unidos, como solução? Um novo crédito de 20 bilhões de dólares, mas para ser distribuído a países que não somente aceitem as imposições do Fundo Monetário Internacional, como se prontificarem a restabelecer as suas importações dos produtos fabricados nos Estados Unidos. Será que convém aumentar os empréstimos atuais, que não estão sendo pagos, com outros empréstimos, que venham a agravar ainda mais as condições do pagamento? A menos que não se cogite propriamente desses pagamentos. O que interessa, acima de tudo, é a situação de dependência e de submissão de países que se atrevem a fazer empréstimos que não tinham condições de pagar, senão com a miséria e a fome dos povos espoliados. Porque não é outra, e com que amargura o registramos, a posição das nações que se incluem no grupo dos eternos devedores.